

# Constituinte, a nova bandeira social da Igreja

## De sermões a prêmios em programas de rádio

BRASÍLIA — Enquanto os partidos se preocupam com o sucesso eleitoral em novembro, deixando num segundo plano os temas constitucionais, a Igreja deflagra no País uma verdadeira "Operação Constituinte", pondo sua estrutura a serviço do debate sobre as propostas a serem levadas à Assembleia Nacional Constituinte e da conscientização do povo quanto aos critérios a serem observados para escolher um candidato a essa Constituinte. Basicamente, esses critérios podem ser resumidos assim: ser honesto e competente, dar provas de ter trabalhado pelo bem comum no passado e lutar para levar as propostas da Igreja à Constituição.

Seus 14 Secretariados Regionais, 242 Dioceses e 6.838 paróquias, mas sobretudo suas quase cem mil Comunidades Eclesiais de Base, sem falar nos movimentos leigos, representam uma estrutura muito melhor do que a de qualquer partido político. E todas essas ramificações estruturais da Igreja vêm discutindo o tema da convocação da Constituinte. Um consenso, ou quase, nessas discussões, tem sido que, para merecer o voto dos cristãos, o candidato precisa se comprometer com as propostas cristãs em jogo. Por isso, daqui até novembro, a Constituinte será "a principal bandeira social da Igreja", como diz o Presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter. Tão forte como tem sido até aqui, por exemplo, a reforma agrária — que aliás continuará em pauta e a Igreja a pretende ver consagrada na futura Carta.

Para o Presidente da CNBB, o principal é que de todo esse debate — as CEBs sozinhas conseguem atingir cerca de um milhão de famílias em todo o País — saia o eleitor conscientizado para fazer a opção certa na hora de votar e apto a cobrar de seus candidatos as propostas prometidas. Por isso, a estratégia da Igreja para a Constituinte tem três etapas: a primeira (antes) é abrir espaço para a reflexão; a segunda (durante a Assembleia) prevê o acompanhamento, passo a passo, da elaboração da nova Carta; a terceira (por fim) exigirá dos cristãos atitude vigilante para observância das regras da Constituição.

A Igreja deve criar espaços para o debate, mas deve cuidar para não dar a impressão de que tem candidatos — ressalta Dom Ivo, que traçou o perfil do candidato confiável, mas afirma que, oficialmente, a Igreja não apoiará qualquer nome específico ou aconselhará os católicos a votarem neste ou naquele candidato.

Apesar disso, até mesmo o debate com candidatos está previsto na programação da Igreja para a Constituinte. Afinal, apesar de não ter intenção de eleger uma bancada na Assembleia, a Igreja quer ver suas teses lá defendidas. Segundo Dom Ivo, os debates serão "uma espécie de teste" para o candidato que quiser ter o apoio dos católicos. Um conselho a esses candidatos: não façam propaganda muito cara, pois a Igreja pretende ver o povo conscientizado contra o abuso do poder econômico.

Cartilhas em linguagem simples explicando ao povo "o que é uma Constituição", sermões em missas, catequeses, cursilhos, cursos de casais e movimentos carismáticos são, além da estrutura hierárquica da Igreja, os veículos que levam a discussão da Constituinte à população. Praticamente sem gastar um tostão

além de seu orçamento, a CNBB está orientando todos os segmentos da Igreja a incluírem os temas constitucionais em suas reuniões.

Não temos exército nem dinheiro, mas somos uma força no País, afirma uma fonte da CNBB, confiando no sucesso da campanha. Segundo essa fonte, as Comunidades Eclesiais de Base são o principal instrumento da mobilização, por seu poder de penetração, mas também as Dioceses e paróquias estão promovendo reuniões. Além disso, as cartilhas estão sendo feitas de maneira diversificada — e já existem mais de 20, entre elas a da Pastoral da Terra e a da Pastoral Operária, dirigidas a públicos específicos: os camponeses e os operários.

Na CNBB foi nomeada uma comissão especial que dará assessoria para assuntos de Constituinte, responsável, entre outras iniciativas, pela elaboração das principais propostas da declaração "Por uma nova ordem

constitucional", aprovada na última Assembleia Geral dos Bispos, em Itaiçá (SP).

Assessores da CNBB informaram que o documento inicial, que serviu de subsídio para o outro (ponto de partida básico de todas as discussões da Igreja sobre a Constituinte), foi elaborado de maneira participativa. Quase todas as Dioceses foram consultadas e a CNBB recebeu mais de 80 sugestões das bases sobre a Constituinte, entre novembro e abril.

Primazia do trabalho sobre o capital, obrigação de um salário justo para o trabalhador, mecanismos de controle do Estado pela sociedade, direito à "informação honesta" sobre o que se passa na administração pública, e repúdio ao aborto, à tortura e a qualquer forma de discriminação são algumas das teses básicas defendidas pela Igreja para a nova Constituição.

Consolidadas na Assembleia Geral dos Bispos, em abril, essas propostas servem como base do debate na Igreja para a Constituinte. Divididas em itens relativos às ordens social, política, econômica, cultural e internacional, as teses reúnem bandeiras que vêm sendo defendidas pela Igreja ao longo dos últimos anos.

Para a ordem social, a Igreja defende uma Constituição que garanta o respeito aos direitos de todos e à



Para Dom Ivo Lorscheiter, a Igreja não deve defender candidatos

dignidade humana, que exige, sobretudo, um padrão com ela compatível de saúde, educação, trabalho e liberdade religiosa. Os direitos da família também são citados, assim como a proposta de igualdade legal para todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio.

No plano político, a Igreja quer uma democracia participativa, "que leve o povo brasileiro a ser sujeito de seu próprio e integral desenvolvimento". Assim, propõe dispositivos garantindo a liberdade de expressão, de informação e de associação, além de mecanismos para que os cidadãos participem das decisões importantes diretamente — e não apenas através de seus representantes.

Na ordem econômica, a principal tese pretende superar a atual "desproporção na participação nos frutos do trabalho", dando a todos acesso a um emprego, remuneração digna, salário-desemprego e salários iguais ao do tempo de atividade para os aposentados. Além disso, propõe dispositivo determinando que a propriedade particular seja um direito de todos e que não pode ser concentrada abusivamente nas mãos de poucos. Finalmente, defende a reforma agrária, com a proibição de despejos de quem esteja utilizando a terra, e garantia de terra para quem nela trabalha.

HELENA CHAGAS

Sermões, palestras, encontros, "plenarinhos" em favelas, tudo sendo usado pela Igreja para a conscientização da população para a importância da Constituinte. No Maranhão, a Rádio Educação, de propriedade da Arquidiocese de São Luís, chega a distribuir prêmios aos ouvintes que responderem mais de pressa às perguntas de um questionário — "A Constituição vem aí, e eu com isso" — distribuído nos bairros por agentes pastorais.

A orientação da CNBB, decidida em Itaiçá, é de que a Igreja deve influir na escolha dos candidatos apenas indicando as qualidades que eles devem ter. Isso não impede, entretanto, que já haja preferências pessoais, como no Ceará, onde o Padre Antônio Pinheiro Freire, que há dez anos atua junto a Paróquias do interior e está ministrando desde março um curso sobre "A Igreja e a Constituinte", aponta abertamente o Vice-Prefeito de Fortaleza, Américo Barreira, do PT, como um candidato ideal, e isso "apesar de não ser cristão, mas um marxista".

No Espírito Santo há mesmo três nomes cotados para surgir como prefe

reais e serem indicados por setores políticos ligados à Igreja, para compor a Constituinte a ser eleita em novembro: o Juiz aposentado João Herkenhoff e o médico Vitor Buaziz, ambos vinculados ao Partido dos Trabalhadores, e ainda o Prefeito de Vila Velha, Vasco Alves de Oliveira Junior, do PMDB.

O trabalho de conscientização do povo para a Constituinte começou há pouco e é lento, mas traz resultados que chegam a ser emocionantes, como conta Cristina Franco, do Movimento de Educação de Base do Piauí, descrevendo a reação de uma anciã de 80 anos, de São Pedro do Piauí, que já havia desistido de votar nas últimas eleições mas engajou-se entusiasmada nas discussões, durante a instalação de um "plenarinho" pré-Constituinte.

A Comissão Arquidiocesana Pré-Constituinte de Porto Alegre foi a primeira do gênero a ser instalada no País e seus idealizadores, o Bispo Auxiliar Dom Antônio Cheuche e o advogado Mariano Beck se dizem impressionados com a repercussão. Hoje, são dezenas de paróquias e escolas que diariamente convocam a comissão, já dividida em seis subcomissões, para palestras e debates.

Só em junho, entretanto, a partir de reunião marcada para o próximo dia 29 entre os vigários das 69 paróquias da capital gaúcha, é que a Constituinte passará a ser tema dos sermões, nas missas, e poderão ser

formadas comissões paroquiais pré-Constituinte, como já ocorre em Canoas, na Região Metropolitana, onde atua o irmão marista Antônio Cechin, que se dedica ao cadastramento eleitoral de analfabetos com resultado surpreendente e defende a criação de um grupo de pressão da Igreja para atuar depois da eleição dos constituintes.

No Oeste Paulista, onde vivem perto de 4 milhões de pessoas em cerca de 260 cidades, entre as quais Bauru, Lins, Marília, Assis, Botucatu e Presidente Prudente, os padres já abordam a importância da Assembleia Nacional Constituinte após as missas dominicais. Nessa região há 200 mil "bóias-frias", a maioria cortadores de cana analfabetos que só recentemente conseguiram um título de eleitor, e esse contingente, principalmente, que preocupa o Bispo de Bauru, Dom Cândido Padin:

— O que nós queremos é que o povo tenha voz e vez nas decisões. A nova Constituição tem que dar essa oportunidade ao povo.

Na Zona Leste de São Paulo, as Comunidades Eclesiais de Base já promovem debates pré-Constituinte há mais de um ano. Organizadas pela Arquidiocese de São Paulo, as CEBs chegam a mil, distribuídas em nove regiões da região metropolitana, e a maioria já ultrapassou o chamado período de "sensibilização", em que os fiéis receberam esclarecimentos detalhados sobre a importância da Constituinte para que o país ganhe uma nova Constituição. O próximo passo será a promoção de debates com candidatos, sem que a Igreja se comprometa com qualquer deles.

— Todo mundo tem o direito de estimular candidatos — diz o Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns — pois o Brasil vai ter a Constituinte que o povo conseguir fazer através dos candidatos que conseguir eleger.

Nessa luta, um dos mais ativos participantes é o Bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, que há dois anos peregrina pelo Brasil "co-

**“Não há lugar onde a Igreja não chegue, onde não exista um padre ou um agente pastoral”**

DOM BONIFÁCIO PICCININI, Arcebispo de Curitiba

mo um simples cidadão de batina interessado em melhorar as condições de vida e de representatividade do brasileiro, hoje muito desiguais”.

— Em Vila Velha, no Espírito Santo; Juiz de Fora, em Minas Gerais; e Guarulhos, em São Paulo, por exemplo, o movimento está bastante adiantado, com debates, de vento em popa e muitos participantes interessados — diz o Bispo, que já reuniu cerca de 7 mil pessoas em ato público pela Constituinte, em Duque de Caxias, em janeiro de 1985.

Em Pernambuco, alguns fatos destacam a importância que a Igreja

vem dando à Constituinte: Dom Helder Câmara, hoje apenas Arcebispo Benemerito, mas que ainda mantém forte influência sobre a Arquidiocese que dirigiu por 21 anos, antecipou todas as viagens que faria ao exterior para fazer parte da campanha de "esclarecimento sobre a Constituinte", entre junho e novembro.

Em João Pessoa, o Vigário-Geral da Arquidiocese da Paraíba, Padre Carlos Avanzi, define a orientação que vem sendo seguida no Estado:

— Temos procurado mostrar que todos os sofrimentos por que passamos são causados, também, por uma Constituição que permite que isso ocorra. E, quando a questão é posta nesses termos, ela começa a interessar e a sensibilizar o nosso povo.

A Arquidiocese de Maceió elaborou uma carta pastoral dos Bispos de Alagoas sobre a Constituinte, definindo uma série de etapas a serem cumpridas pelos padres. Na Bahia, entretanto, o trabalho ainda está numa fase inicial, e só nos próximos dias as Dioceses vão começar a distribuir uma versão, em linguagem de fácil entendimento, do documento aprovado em Itaiçá.

Esse mesmo documento, em tradução simples, também será usado pelo Conselho Pastoral Arquidiocesano de Rondônia, enquanto a Igreja de Sergipe vem usando cartilhas da Pastoral Operária e da Pastoral da Terra nos municípios do interior e ainda aguarda uma orientação do Arcebispo de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, para os trabalhos na capital.

No Pará, segundo o Padre Bruno Secchi, Secretário-Geral do Regional Norte II da CNBB, o debate da Constituinte já atinge todos os níveis, enquanto Santa Catarina ainda está dando as instruções elementares do Documento de Itaiçá aos movimentos pastorais e a Igreja do Paraná só na última quinta-feira decidiu imprimir uma cartilha com vistas à distribuição aos milhares de grupos de reflexão distribuídos pelas 125 paróquias da região metropolitana de Curitiba.

Os trabalhos de conscientização estão sendo realizados por dois movimentos — ASA (Ação Social Arquidiocesana) e Comitê Pró-Participação Popular Pós-Constituinte — em Minas Gerais, coordenados pelo Padre Felix Valenzuela, que destaca uma grande mudança de posição:

— Em todas as Constituições, a Igreja sempre influenciou com seu poder, mas ateu-se, em todas elas, aos seus interesses. Agora, estamos trabalhando para que os interesses do povo é que sejam atendidos.

Posição essa também defendida pelo Arcebispo de Curitiba, Dom Bonifácio Piccinini:

— Não há lugar onde a Igreja não chegue, onde não exista um padre ou agente pastoral, e, com linguagem mais acessível possível, estamos colocando a Constituinte em discussão, preocupados principalmente em esclarecer ao cidadão da importância da participação de cada um, inclusive fazendo cobranças, pois política é pressão.

# Comissão Arinos planeja avanço. Mas prevê reação.

## Para o jurista, sociedade impedirá recuos

Grande parte da Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo professor Afonso Arinos, está convencida de que participa da elaboração de um esboço de Constituição que será bem mais progressista e liberal do que a verdadeira Constituição, a que sairá da futura Assembleia Nacional Constituinte. Eles garantem, por exemplo, que o capítulo que trata da Ordem Social vai surpreender a sociedade brasileira pelos avanços e inovações que propõe. A cham também que a Assembleia Nacional Constituinte será fortemente influenciada pelo poder econômico.

Os membros da Comissão citam como exemplo de avanço a democratização dos instrumentos de defesa do Estado e das instituições democráticas, como a subordinação do estabelecimento do estado de sítio a decisão do Congresso. Este terá o limite máximo de 30 dias e manterá o instituto do *habeas corpus*, ou seja, toda prisão sob o estado de sítio terá total controle do Judiciário. No capítulo da Ordem Social, a Comissão aponta como avanços o limite de 40 horas semanais para a jornada de trabalho, volta da estabilidade no emprego junto com o FGTS, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, reconhecimento do direito de greve, e igualdade de direitos para os filhos, sejam naturais ou legítimos.

— Esta Comissão é formada, basicamente, por gente oriunda da classe média: são professores, advogados, pessoas de espírito liberal e olhos no futuro. A extrema direita por exemplo, tem representação mínima. E claro que só a Assembleia Nacional Constituinte tem legitimidade para fazer um texto constitucional, mas acredito que daremos uma boa contribuição para o debate. Esta opinião é do jurista Pinto Ferreira, ex-Senador pelo antigo MDB e ex-reitor da Universidade

Federal de Pernambuco. Ele teme que a Assembleia Constituinte seja muito marcada pela presença do poder econômico.

Também consideram possível a Comissão preparar um texto moderno e liberal, entre outros, o cientista político Bolívar Lamounier, os juristas José Afonso da Silva e Rosah Russomano, o economista Walter Barelli, o Presidente do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo, Hélio Santos, e a líder feminista Floriza Verucci.

Hélio Santos diz que tem percorrido todo o país em busca de sugestões

**“No caso do estado de sítio, ele só virá se for autorizado pelo Congresso Nacional”**

JOSE AFONSO DA SILVA, Jurista

e que tem lido as cartas que chegam dos Estados com ideias e reivindicações:

— A Comissão dará bons temas para debates. E o que eu tenho ouvido de sugestões dos diferentes setores da sociedade está sendo incluído, aos poucos, no anteprojeto. Por exemplo, a criminalização de qualquer discriminação, seja racial, religiosa, de sexo, idade ou classe social. A Lei Afonso Arinos fazia da discriminação apenas um contravenção penal, não um crime. Há ainda o incentivo ao associativismo, ao cooperativismo e a garantia de 40% das vagas de todos os estabelecimentos públicos de ensino, do 1º grau à universidade, para as pessoas de comprovada baixa renda.

O economista Walter Barelli aponta como uma vitória da classe trabalhadora a aprovação de um item da

ordem econômica que torna inconstitucional a adoção de políticas econômicas recessivas. E o item que inclui a garantia de pleno emprego como um dos objetivos permanentes da atividade econômica.

A líder feminista Floriza Verucci destaca, no capítulo da Ordem Social, a garantia de opção individual pelo número de filhos e seu espaçamento, com o Estado obrigado a prestar todas as informações necessárias sobre os métodos de controle de rentabilidade.

— E proíbe-se a execução de políticas globais de controle de natalidade, ficando assegurado o livre arbítrio. A constituição da família também exclui a obrigatoriedade do casamento civil ou religioso, embora haja uma emenda a ser discutida que exige o casamento.

Mesmo os juristas considerados de esquerda, como José Afonso da Silva, acham bastante brandas as figuras do estado de sítio e de alarme, conforme aprovadas na reunião plenária. José Afonso diz que são instrumentos muito mais suaves do que os previstos nas constituições das democracias liberais da Europa, como a França.

— O estado de alarme, por exemplo, é para regiões delimitadas, em casos de catástrofes ou perturbação grave da ordem pública. A suspensão das garantias individuais, neste caso, é limitada. No caso do estado de sítio, ele só virá se autorizado pelo Congresso Nacional. O *habeas corpus* fica mantido e o Judiciário tem que ser notificado de qualquer prisão efetuada; enfim, é um avanço. Na parte econômica, também fica preservada a possibilidade de intervenção e mediação do Estado na atividade econômica. Há maior possibilidade de justiça social. Na parte da ordem pública, também há avanços. O policiamento judiciário e o ostensivo são unificados e passam a ser civis, obrigatoriamente.

O Professor Afonso Arinos de Melo Franco não concorda com seus pares da Comissão de Estudos Constitucionais e vê poucas possibilidades de que a futura Assembleia Nacional Constituinte recue em relação às teses da Comissão.

— Eu não tenho a pretensão de julgar que estamos fazendo um trabalho que será mais progressista que o da Constituinte. As forças vivas da sociedade brasileira vão atuar mais poderosamente do que o poder econômico. É claro que o poder econômico fará seus representantes, mas eles não vão prevalecer. Nem a esquerda radical, que terá uma representação de aproximadamente 10%.

Para Afonso Arinos, a sociedade brasileira está informada, alerta. E a Constituinte vai refletir isso, com o surgimento de novas lideranças e ideias. O resultado final do trabalho será satisfatório.

## Nas reuniões plenárias, choques ideológicos

Apesar da cordialidade e descontração das reuniões plenárias, as divisões ideológicas e doutrinais dentro da Comissão de Estudos Constitucionais ficam bem evidentes quando se toca em alguns pontos nevrálgicos. A disputa por espaços, porém, nem sempre é tão cortês. Logo no início dos trabalhos, o Secretário-Geral da Comissão, o professor Nei Prado, da Escola Superior de Guerra, tomou a si fatias de atribuições do Secretário Executivo, o jornalista Mauro Santayana, e foi denunciado publicamente por isso pelo jurista Miguel Reale Jr.

Outro exemplo da divisão, bastante sutil, foi no capítulo da Ordem Econômica. Um dos artigos dizia que a "atividade econômica será exercida prioritariamente pela em-



Arinos não crê em predomínio de radicais

— Acredito que o Presidente José Sarney vai enviar à Constituinte o nosso anteprojeto, para servir de subsídio, e não acredito que os cons-

tituintes recuem em qualquer dos pontos em que avançamos. Por exemplo, o sistema misto de Presidencialismo Congressional, como o que existe na França. O Presidencialismo à norte-americana não deu certo entre nós. Vamos completar 100 anos de República sob o regime presidencialista, dos quais 50 foram de governos autoritários. E só fazer o cálculo. Está na hora de mudarmos para uma forma mais moderna, democrática e estável.

Arinos acha que o caminho que o Brasil seguir será decisivo para o resto do Continente:

— Eu sempre gosto de citar o grande Presidente Sarmiento, da Argentina, que dizia ser o Brasil o farol da América Latina. Podemos dar uma boa contribuição para a estabilidade democrática do Continente.

A divisão também ficou clara durante a votação do artigo do capítulo "Defesa do Estado e das Instituições Democráticas" que trata do papel das Forças Armadas. Além da expressão "sob o comando supremo do Presidente da República", o advogado Clóvis Ferro Costa queria acrescentar "e subordinadas ao poder civil". Sua proposta foi bombardeada pelos conselheiros mais à direita. Por sua vez, o advogado José Alberto Assunção queria incluir a expressão "segurança nacional" no item referente ao Conselho de Defesa Nacional.